



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ITURAMA

CNPJ 18.457.242/0001-74

Iturama-MG., 30 de abril de 2003.



Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Encaminhamos para apreciação de Vossa Excelência e demais membros desta douta Casa, o incluso Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 003/2003, que ALTERA O PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 210, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ITURAMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Atenciosamente,

**VALDECIR PICHIONI**

Prefeito do Município de Iturama-MG.

Excelentíssimo Senhor  
**DIJALME JOSÉ DE QUEIROZ**  
Presidente da Câmara Municipal  
Iturama-MG.

FPU.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE ITURAMA

CNPJ 18.457.242/0001-74

## MENSAGEM Nº 003/2003



Sr. Presidente,

Srs. Vereadores,

Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossas Excelências, a Emenda à Lei Orgânica de nº 003/2003, que altera o parágrafo 1º do artigo 210, da Lei Orgânica do Município de Iturama.

Como bem sabem, a questão rural, vem tomando cada vez mais, um espaço maior em todo o âmbito Nacional, tornando-se um problema de grande repercussão na atualidade. Por esta razão, a agricultura familiar passou a ter, como sempre teve, grande valor social, tornando-se assim, um dos pilares da agricultura nacional.

Nesse mesmo sentido, a Patrulha Mecanizada, é de caráter essencial para este Município, pois desempenha importante papel no desenvolvimento, implementação e execução de trabalhos e atividades com fincas ao desenvolvimento da agricultura familiar.

Acontece, porém, que a atual legislação se encontra incompleta, sendo necessário sua alteração, tornando-a mais completa, clara e abrangente, pois atualmente beneficia-se apenas as propriedades rurais que não ultrapassem a 36 (trinta e seis) hectares, devendo-se levar em conta que na atual conjuntura política, econômica e social a maioria das propriedades rurais com até 75 (setenta e cinco) hectares, ou seja, 15,5 alq. (quinze alqueires e meio), não conseguem produzir, crescer e em alguns casos manter-se, pois não há subsídios por parte do governo federal que venham a amenizar os custos com insumos, preparação e cultivo do solo, plantio, transporte de grãos, e demais benefícios, que garantam o seu desenvolvimento. Sendo assim, este município não pode ficar à margem desta situação sócio-econômico, ademais, a principal atividade em nossa região é a agricultura, portanto, as propriedades rurais com até 75 (setenta e cinco) hectares não podem ser excluídas deste benefício.

Sendo assim, a Emenda à Lei Orgânica de nº 003/2003, que altera o parágrafo 1º do artigo 210, da Lei Orgânica do Município de Iturama, é de caráter essencial para este Município, pois desempenha importante papel para o desenvolvimento rural, principalmente no que diz respeito à agricultura familiar e demais propriedades rurais, amparando a todos aqueles que realmente precisam de apoio.

Ante a importância do Projeto de Lei em questão, aguardamos que essa Casa de Leis, haja por bem apreciá-lo com urgência necessária.

Iturama-MG., 30 de abril de 2003.

**VALDECIR PICHIONI**

Prefeito do Município de Iturama-MG.

PGLO





# PREFEITURA MUNICIPAL DE ITURAMA

CNPJ 18.457.242/0001-74



## PROJETO DE EMENDA Á LEI ORGÂNICA Nº 003, DE 2003.

### ALTERA O PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 210, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ITURAMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Iturama, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e com suporte no inciso II, do artigo 46, da Lei Orgânica Municipal, propõe a seguinte Emenda:

**Art. 1º** - O parágrafo 1º do artigo 210 da Lei Orgânica do Município de Iturama passa a vigorar com a seguinte redação:

*Artigo 210 - ...*

*I - ...*

*II - ...*

*III - ...*

*IV - ...*

*V - ...*

*VI - ...*

*VII - ...*

*VIII - ...*

*IX - ...*

*X - ...*

*XI - ...*

*XII - ...*

*XIII - ...*

*XIV - ...*

*XV - ...*

*XVI - ...*

*§ 1º - O Município terá uma patrulha mecanizada, cujo pessoal, máquinas e implementos serão colocados em primeiro lugar à disposição de pequenas propriedades rurais, que não ultrapassarem 75 (setenta e cinco) hectares, para a construção de aterros, açudes, represas, preparação e cultivo do solo, plantio, transporte de insumos, grãos e implementos, ensilagem, pulverização e demais benfeitorias, que garantam o seu desenvolvimento. Havendo disponibilidade as propriedades rurais acima de 75 (setenta e cinco) hectares também poderão se utilizar da patrulha mecanizada, sendo que o Poder Executivo enviará Projeto de Lei detalhando a cessão da mesma.*

*§ 2º - ...*



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ITURAMA

CNPJ 18.457.242/0001-74



§ 3º - ...

§ 4º - ...

§ 5º - ...

**Art. 2º** - Esta Emenda à Lei Orgânica entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Iturama-MG., 30 de abril de 2003.

**VALDECIR PICHIONI**  
Prefeito do Município de Iturama-MG.

A Comissão de Finanças, Justiça e Legislação para oferecer parecer  
Pala das Sessões, 05/05/2003  
Presidente da Câmara

Aprovado em única discussão  
Pela unanimidade  
Pala das Sessões em 05/05/2003  
P. Presidente

PGLO

Aprovado em única discussão  
Pela unanimidade  
Pala das Sessões em 19/05/2003  
P. Presidente



**PARECER JURÍDICO À PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 03/2003, QUE ALTERA O PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 210 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ITURAMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

Atendendo disposição contida no Regimento Interno desta Casa, passemos a analisar o Projeto de Emenda em epígrafe à luz da Constituição Federal, Estadual e Lei Orgânica do Município.

**Quanto à origem do Projeto de Emenda à LOM**

Trata-se de proposta de Emenda n.º 003/2003, de autoria do Poder Executivo, que tramita por esta Casa de Leis, e respectiva Secretaria.

Em analisando os diversos dispositivos da Lei Orgânica do Município, mais precisamente no Inciso II, § 1º do art. 47, evidencia que poderá o Prefeito Municipal propor emendas à LOM, senão vejamos:

***“Art. 47- A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta:***

***I - .....***

***II- do Prefeito Municipal;***

Evidencia, pois, que a propositura da Emenda pelo Poder Executivo está de conformidade com a LOM e Regimento Interno.

**Quanto à análise material, formal e jurídica da Emenda**

Pela análise material, formal e jurídica da Emenda constatou-se que a proposta de Emenda há de respeitar os princípios estabelecidos nos incisos I e II do art. 54 da Constituição Federal c/c inciso II do art. 57 da Constituição Estadual, bem como o inciso III do art. 9º, da Lei nº 8.666/93, transcrevemos:

***“Art. 54 Os Deputados e Senadores não poderão:***

***V- desde a expedição do diploma:***

- c) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;***
- d) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis ad nutum, nas entidades constantes da alínea anterior;***

***VI- desde a posse:***

- e) *ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;*
- f) *ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis ad nutum, nas entidades referidas no inciso I, a;*
- g) *patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, a;*
- h) *ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.*

*Art. 57 O Deputado não pode:*

*VII- desde a posse:*

- e) *ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;*
- f) *ocupar cargo ou função de que seja demissível "ad nutum" nas entidades indicadas no inciso I, "a";*
- g) *patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, "a";*
- h) *ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo.*

*Art. 9º não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:*

*VIII- servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação."*

Consulta nº 646.988 de 05 de dezembro de 2001 do TCMG,

transcrevemos:

*Estas vedações consagram o princípio da moralidade, impessoalidade e da isonomia. Entretanto, não existe na lei qualquer dispositivo que impeça de participar de contratação com a administração parentes de servidores ou de dirigentes de órgãos, desde que o contrato obedeça às cláusulas uniformes e seja precedido do procedimento licitatório nos termos regidos pela Lei nº 8.666/93.*

*Com relação à contratação de parentes de servidores e dirigentes com dispensa da licitação, especificamente para obras e serviços de engenharia de valor até 5% do limite previsto na alínea "a" do inciso I do art. 23 da Lei nº 8.666/93, e para outros serviços e compras de valor de até 5% do limite previsto no inciso II, alínea "a", do mesmo art. 23, entendo que, se existirem outras empresas que podem atender a Administração, é prudente que se estabeleça a licitação, para se evitar risco à isonomia que venha comprometer a lisura da contratação e, principalmente, ferir os princípios da moralidade e*



*impessoalidade, consagrados pela Constituição Federal em seu art. 37.”*

**Quanto à tramitação do projeto**

*A proposta de emenda deverá tramitar na ordem do dia para apreciação e discussão pelos Senhores Edis desta Casa de Leis, e será votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias.*


*Para ser aprovada, há necessidade do Quorum de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal, nos termos do § 1º do art. 47 da Lei Orgânica Municipal, a saber:*

*§ 1º - A proposta será votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal”*

Não havendo inconstitucionalidade na proposta de Emenda nº 03/2003 que tramita por esta Casa de Leis e respectiva Secretaria, amparada pelo inciso I do art. 47 da Lei Orgânica Municipal, nada impede entrar na ordem do dia para discussão e votação pelos Senhores Edis desta Casa de Leis, que será votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal, nos termos do § 1º do art. 47 da Lei Orgânica Municipal.

Este é o nosso parecer, S.M.J.

Iturama - MG, 05 de maio de 2003

  
**Dr. Aparecido Martins Bernardo**  
*Assessor Jurídico*

**Dr. Elison de Queiroz Freitas**  
*Assessor Jurídico*

**Dr. Paulino José de Queiroz**  
*Assessor Jurídico*

**Dr. Paulo Valentim de Oliveira**  
*Assessor Jurídico*



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

ESTADO DE MINAS GERAIS

## PARECER DA(S) COMISSÃO(ÕES) DA CÂMARA

PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 003/2003 PARECER  
PARA 1ª DISCUSSÃO(ÕES)

**DENOMINAÇÃO:** "ALTERA O PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 210, DA  
LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ITURAMA E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS".

**AUTOR:** PODER EXECUTIVO

**COMISSÃO:** FINANÇAS, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO

Os membros da(s) Comissão(ões) após a apreciação e estudo do Projeto de  
Resolução nº cm 03/2003, enviado pelo Presidente da Casa, a esta pasta,  
resolveu: **ser favorável como esta redigido, somos pelo parecer da  
matéria em apreciação que preenche os requisitos da  
constitucionalidade, da legalidade e da juridicidade, no seu texto  
original.**

Câmara Municipal, em 05 de maio de 2003

Presidente: Nilson Conceição de Oliveira

Vice-Presidente: Januário Francisco de Andrade

Relator: José Pichioni Filho

Rua Santa Vitória, 410 - telefax (034) 411-0327 e 411-1350 - CEP 38280-000

